

Industriais contra posições radicais no anteprojeto

SÃO PAULO —

O Brasil poderá perder a rara oportunidade de tirar a economia da tutela do Estado e de se chegar a uma Constituição juridicamente aplicável, se não ocorrer uma profunda revisão de algumas posições extremadas, expressadas no anteprojeto que está sendo examinado pelos constituintes.

Essa preocupação foi manifestada pelo empresário Luiz Eulálio de Bueno Vidigal Filho, Vice-Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), ao discorrer sobre o tema "A iniciativa privada na nova Constituição", durante o Seminário "Os agentes econômicos na nova Constituição".

A título de ilustração, o empresário citou três artigos do anteprojeto da Constituição que, a seu ver, se mantidos na versão final, trarão sensíveis prejuízos à livre iniciativa, cerceando sua atuação.

O primeiro aspecto lembrado por Luiz Eulálio é o que propõe a aplicação do excesso de lucro nas atividades econômicas em programas de erradicação da pobreza. Para o empresário a aberração dessa proposição torna-se transparente a partir do próprio conceito, pois "o que vem a ser excesso de lucros em atividades econômicas?", indaga.

Outro ponto refere-se ao dispositivo que prevê a criação de um fundo de conservação e recuperação do meio ambiente, constituído, entre outros recursos, por contribuições que incidam sobre as atividades potencialmente polui-

doras e a exploração de recursos naturais".

A seu ver, da forma como estão colocadas no Artigo 420 do anteprojeto, essas contribuições poderão ser cobradas das empresas só pelo fato de explorarem atividades potencialmente poluentes, mesmo que disponham de equipamentos anti-polluição.

Mas o item que, para Luiz Eulálio, servirá de um perfeito mecanismo para desorganizar o mercado é a alínea "C", do inciso Nono, do Artigo 18, que diz que as associações, sindicatos e grupos da população são legitimados para exercer, com o Estado, o controle e a fiscalização de suprimentos, estocagens, preços, qualidade dos bens e serviços de consumo.

— Isso poderá propiciar até mesmo a criação de milícias pretensamente fiscalizatórias, fazendo perigar a tranquilidade social — comentou.

Na opinião do empresário, boa parte desse conteúdo se reveste de aspectos doutrinários e ideológicos, que são muitas vezes difíceis de ser contornados, em discussões no plenário, por argumentos fundamentados na realidade.

Como exemplo, ele lembrou a matéria referente à ordem social, em que a comissão encarregada de examiná-la adotou como meta a justiça social, relegando a segundo plano o desenvolvimento econômico nacional, sob o pretexto de que "o crescimento não pode ocorrer às custas do trabalhador".

Assim, no seu entendimento, a comissão procurou assegurar constitucionalmente ao trabalhador normas que deveriam ser objeto de leis ordinárias ou de nego-



Luiz Eulálio se preocupa com uma Constituição juridicamente aplicável

ciações diretas entre os empregados e as empresas. Entre esse pontos ele citou a estabilidade plena, jornada semanal de trabalho de quarenta horas, remuneração em dobro nas férias, cem por cento sobre as horas extras, medidas que vêm onerar ainda mais, de forma indiscriminada, as atividades econômicas.

— Certamente não foi levado em consideração que tantos encargos e entraves, constitucionalmente previstos, irão tornar a empresa economicamente mais vulnerável e menos apta a cumprir o que dela se espera, principalmente do ponto de vista do papel social que ela deve desempenhar — justificou.

De acordo com o Vice-Presidente da CNI, as restrições às atividades das empresas de capital estrangeiro também deverão ser revistas, pois trarão consequências nocivas para a economia como um todo em três frentes: desconfiança dos investidores exter-

nos; entraves para a absorção de novas tecnologias por parte das empresas nacionais; e comprometimento da posição do País no mercado internacional.

O empresário voltou a frisar que os anseios da classe empresarial estão centrados na defesa do princípio da livre iniciativa, em cuja direção deverão convergir os trabalhos que os empresários deverão desenvolver de agora em diante para tentar influir na elaboração do texto final da Constituição.

Apesar de todas as críticas que fez em cima do trabalho já desenvolvido da Constituinte, Luiz Eulálio concluiu com a afirmação de que tem "fundadas esperanças de que, nas próximas etapas de seu ingente esforço, a Assembleia Nacional Constituinte saberá, mediante a negociação, evitar o radicalismo e as soluções utópicas, que não podem ameaçar seu objetivo de oferecer à sociedade brasileira uma Constituição juridicamente operacional".

Padilha vê como imperativo ético o progresso da empresa privada

SÃO PAULO — Buscar o progresso das atividades empresariais é um imperativo ético, pois só assim poderá ser proporcionado à sociedade o bem estar por ela almejado. Dessa forma, a ética e as realizações empresariais, ao contrário do que se pode supor, caminham lado a lado para a consecução de um bem comum.

A tese foi explanada pelo cientista político e social Tarcísio Meirelles Padilha, ao discorrer sobre o tema "O sentido ético da atividade empresarial" durante o Seminário "Os agentes econômicos na nova Constituição".

Segundo Padilha, toda atividade humana é, por definição, uma atividade ética, desde que exercida com a consciência e o respeito devidos à própria dignidade pessoal e à comunidade como um todo. Dentro desse princípio, também a atividade empresarial está inserida no campo da ética.

Para o cientista político, a ética é uma porta aberta para o lucro, pois só ela pode trazer credibilidade às empresas e, em consequência, aos seus produtos.

— A busca do lucro sem qualquer atenção ao consumidor, cedo estiola a capacidade participativa dos empregados, que se limitarão ao trabalho rotineiro, quando não chegam ao desinteresse total pela firma — acrescentou.

De acordo com Padilha, na medida em que produz bens e serviços de que a maioria da sociedade necessita e abre possibilidades de emprego para que as pessoas possam viver dignamente, a empresa ocupa posição de destaque numa sociedade, condição essa que nem sempre é reconhecida e respeitada pelo Estado.

Lamentavelmente, o Estado em sua crescente fome de recursos para sustentar gigantescas máquinas obsoletas e improdutivas, vem tolhendo as empresas, onerando-as com imposto acima do razoável. Sem falar nas contínuas oscilações da política governamental a dificultar, quando não a



Tarcísio Meirelles Padilha

quase inviabilizar, a fixação de diretrizes de investimentos.

A iniciativa privada, na visão de Tarcísio Meirelles Padilha, é uma meta explícita da liberdade do homem. Assim, quando o Estado absorve para si excesso de poderes de decisão, a iniciativa privada se encolhe e é o próprio homem que vê diminuído o seu espaço de liberdade.

Já na situação inversa, em regime aberto e livre, há o estímulo à criatividade e à construção da empresa em consonância com o princípio salutar de ir ao encontro das reais necessidades da sociedade.

— A democracia, que todos desejamos, encontrará na excessiva presença do Estado na economia uma séria ameaça ao desenvolvimento. Ampliar o espaço de liberdade da empresa é contribuir para a paz social, para o engrandecimento do País e para o fortalecimento do regime democrático — explicou.

Dessa forma, Padilha entende que, isolar a empresa do âmbito ético em que ela deve se situar é ignorar que produzir bens e serviços é engrandecer a vida humana em várias dimensões.

Coelho prevê preconceito contra a estabilidade

SÃO PAULO — O anteprojeto de Constituição proposto pela Comissão de Sistematização da Assembleia Nacional Constituinte poderá prejudicar o próprio trabalhador, provocando, em alguns casos, preconceitos irreversíveis contra a estabilidade, o que poderá levar o empresário a evitar contratações. Além disso, o texto proposto apresenta falhas técnicas e algumas incongruências, como o confronto entre estabilidade absoluta e garantia de emprego (a estabilidade relativa).

As opiniões foram manifestadas pelo advogado Hugo Carvalho Coelho, do Departamento Jurídico da Confederação Nacional da Indústria, em sua palestra "O Trabalho na nova Constituição". Carvalho Coelho comentou o anteprojeto, salientando alguns pontos contraditórios e outros "altamente criticáveis".

Quanto à proposta de estabilidade, ele ressaltou a inclusão de ressalvas que permitiriam demissões com a comprovação judicial de falta grave, o que, segundo ele, difere da demissão por justa causa, pois a falta teria que ser comprovada antes da demissão. Isso tornaria a demissão de um empregado praticamente impossível, principalmente para pequenas e micro-empresas e algumas outras médias.

— O grande problema — disse Carvalho Coelho — é que se quer fazer uma Constituição com imposições, quando ela deveria assegurar os direitos fundamentais do trabalhador e deixar para a lei ordinária os casos regionais e setoriais.

Um dos alertas de Carvalho Coelho é no que se refere a uma possível inviabilização das micro e pequenas empresas, que seriam submetidas às condições momentâneas da estabilidade econômica.

Nesse sentido, a estabilidade do empregado pode gerar falência de empresas em dificuldades econômicas, que impedidas por lei de reduzirem seus quadros, poderão falir, provocando o desemprego de todos, em lugar de cortar alguns funcionários apenas — comentou.



Hugo Coelho alertou para posições que podem prejudicar o trabalhador

Carvalho Coelho analisou ainda outros dispositivos, como o que regulamenta o trabalho noturno. A esse respeito, diz o advogado, prevê o texto que haja uma remuneração de 50 por cento sobre o valor do trabalho diurno. Ainda que seja correto atribuir-se um ganho maior ao trabalho efetuado à noite, comentou, a fixação de um percentual foge ao limite, principalmente em se tratando de casos específicos como os hospitais e as siderúrgicas. Em sua opinião, o acréscimo do valor do trabalho noturno escapa a qualquer modificação posterior, e sem dúvida deverá onerar em muito os custos dos serviços e produção, prejudicando, ao final, usuários e consumidores.

Depois de analisar a tentativa de fixação da jornada semanal, "em lugar de se deter na jornada diária", como mais uma forma de avan-

çar em um campo que deveria ficar restrito à lei ordinária, Carvalho Coelho discorreu ainda sobre a proibição feita quanto ao trabalho extraordinário, fazendo duas observações: a primeira, de que esse recurso é largamente empregado no País e a segunda lembrando que o Tribunal Superior do Trabalho não permite que seja suprimido o adicional quando prestado habitualmente. Nesse caso, explicou, o extraordinário teria que ser incorporado ao salário.

O advogado comentou os erros que ele considera terem ocorrido nas propostas de pagamento de férias em dobro — "isso é a instituição do décimo-quarto salário", disse ele — na proibição do trabalho insalubre, e na transferência para os empregadores da garantia de assistência dos trabalha-

Empresários gaúchos condenam os casuísmos

SÃO PAULO — O empresariado gaúcho está mobilizando-se para derrubar as propostas de estabilidade no emprego após 90 dias da contratação, a jornada de 40 horas semanais e férias em dobro. Essa mobilização já iniciada, terá seqüência, hoje, em um encontro no parque de exposições em Esteio, quando se pretende reunir quatro mil empresários de todos os setores. Há disposição para se pressionar os Deputados a votarem de acordo com os interesses dos empresários e a fornecerem senhas para que as galerias possam ser o palco da manifestação do descontentamento contra o que chamam de casuísmos, propostos pela Comissão de Ordem Social. As informações e opiniões são do Presidente do Centro e Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul, Luis Carlos Mandelli, em cuja palestra, "As relações de trabalho", analisou os pontos polêmicos da proposta da Comissão de Ordem Social.

Mandelli disse que a Constituição deve incorporar um texto que possa permanecer por longo prazo e não ser objeto de propostas casuísticas, que ficariam melhores na lei ordinária. Um dos riscos de um texto casuístico, disse Mandelli, é que não levará em consideração as muitas diferenças regionais brasileiras, além de ignorar, também, as peculiaridades de cada setor e a viabilidade econômica das empresas consideradas individualmente.

Os pontos mais inconsistentes, segundo Mandelli, são a estabilidade, a jornada de trabalho de 40 horas, o direito irrestrito de greve e férias em dobro. Essas propostas, se passarem, argumentou o empresário gaúcho, poderão prejudicar ainda mais as relações de trabalho e "em muito casos" o próprio trabalhador, pois os empresários procurarão defender-se.

— Para isso, estamos dispostos a lutar. Essa proposta de estabilidade provocou grande revolta e teve a força de unir o empresariado gaúcho em torno do ideal de derrubá-la. A partir dela, começamos a nos mobilizar, no



Luis Mandelli levou as preocupações do Sul ao Seminário CNI/O GLOBO

sentido de luta mesmo — argumentou Mandelli.

Nesse sentido Mandelli afirma que convocará todos os Deputados que os empresários "ajudaram a eleger" e exigirá deles, não apenas os discursos pré-eleitorais, nos quais sempre "defendem a livre iniciativa", mas acima de tudo seus votos.

— Queremos voto e mais ainda. Que nos deem até as senhas para que ocupemos os lugares nas galerias do Congresso. Vamos evitar que nossos direitos e interesses deixem de ser consagrados em função da gritaria de uma minoria que costuma ocupar aqueles assentos.

Por isso, explicou Mandelli, os empresários gaúchos estão se mobilizando. Primeiro, a partir de um encontro, depois na pretensão de arrolar 100 mil assinaturas de empresários de todos

os ramos de atividade.

— Não vamos assistir à queda de tudo o que construímos, não estamos dispostos a assistir pacificamente a nossa derrocada — enfatizou Mandelli.

Ele afirmou que os empresários estão dispostos a discutir o pagamento de indenização progressiva, em uma composição com o sistema empregado pelo FGTS e também o seguro-desemprego, que, segundo ele, deve ser discutido entre patrões e empregados, sem a tutela do Governo. Outro ponto em aberto, segundo Mandelli, é a possível participação no lucro das empresas pelos empregados: "Isso deverá ser desvinculado da remuneração, para não ser incorporado aos salários. Quando os trabalhadores sentirem o gostinho do lucro terão motivação para aumentar a produtividade das empresas".

Afif pretende eliminar distância entre o Estado e a Nação

SÃO PAULO — Reconciliar a nação para que se possa conceber um texto constitucional que reflita a verdadeira convicção nacional, desprovido das posições maniqueístas que, até então, têm influído nos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte.

Essa proposta foi apresentada pelo Deputado Federal Guilherme Afif Domingos (PL-SP), quinta-feira passada, ao público presente no Seminário "Os agentes econômicos na nova Constituição", promovido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e pelo GLOBO, como saída para a neutralização do fosso existente entre a Nação e o Estado, que está inviabilizando a concepção de uma Constituição voltada para o social, com soluções mais eficazes e eficientes para resolver os problemas da sociedade.

A saída é a busca da aliança da Nação, que é possível desde que rompamos com nossos preconceitos — afirmou Afif Domingos — ao lembrar da recente conversa que manteve com o Presidente do Partido dos Trabalhadores, o constituinte Luiz Ignácio Lula da Silva, em Brasília.

Para o parlamentar, as posições maniqueístas têm sido alimentadas pela própria imprensa, através de alguns órgãos que classificam ideologicamen-

te os constituintes, colocando, de um lado, a esquerda como sendo os progressistas, o bem, e do outro, a direita, na condição de conservadores, o mal.

Mas essa situação persiste, a seu ver, no âmbito da Assembleia Nacional Constituinte, porque há "forte influência de um lobby conceitual em nome do nacionalismo por parte daqueles que compõem o Estado e não querem perder o poder, e de interesse social pelos chamados progressistas", embora ambos defendam, na realidade, a crescente intervenção do Estado na sociedade.

Na visão do parlamentar, essa situação está ocorrendo justamente num momento em que, em muitas nações, está havendo a revisão desse modelo intervencionista, partindo para uma solução de social-liberalismo. "Até mesmo a Rússia está revendo o stalinismo", afirmou Afif Domingos.

Dentro da classificação ideológica que se costuma adotar entre direita, esquerda e centro, ser do centro significa defender um modelo de sociedade com visão social, porém mais eficaz para resolver os seus problemas na medida em que adota menor grau de intervenção do Estado, dando, conseqüentemente, maior liberdade para a sociedade — explicou o consti-



Afif Domingos condenou maniqueísmo e lembrou seu encontro com Lula

tuante. Essa é a conclusão do mundo como solução para a sociedade moderna, mas o mundo de Brasília não quer chegar a essa mesma conclusão.

Por isso, ele foi mais além, ao propor um "verdadeiro pacto social en-

tre o capital e o trabalho, pois a luta de classes é estimulada em benefício próprio por aqueles que não são nem patrões e nem empregados".

— Nós não temos sido capazes de mostrar, por exemplo, que a socieda-

de não quer a estatização da medicina, muito embora os trabalhadores, em todas as negociações das convenções coletivas de trabalho, sempre peçam a assistência médica gratuita para as empresas — afirmou.

Por isso, ele propõe a formação de um bloco dos moderados que atuaria em duas frentes com vistas às mudanças na Constituição: reconciliar a nação com amplo diálogo e buscar novas adesões entre os constituintes.

— Precisamos de dois terços para modificar o conservadorismo da minoria, mas eles precisam de apenas maioria para derrubar as mudanças.

Ao classificar o texto do anteprojeto da Constituição apresentado pelo Relator da Comissão de Sistematização, Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), como "inviável", sintetizando o pensamento da classe empresarial presente no Seminário, Afif Domingos revelou que na noite de quinta-feira, em Brasília, foi lançada uma proposta que poderá solucionar esse impasse.

— Trata-se de conceder ao Relator um prazo adicional de 30 dias, para que ele possa redigir um novo texto

sobre o qual possa ocorrer a negociação entre os diferentes blocos da Constituinte.

Segundo o parlamentar, para tanto há a necessidade de se aprovar uma mudança no Regimento Interno da Constituinte, o que poderá ser feito a partir de um requerimento contendo 280 assinaturas, que seria colocado em votação no plenário.

— Desde que haja o consenso entre a maioria, o plenário é soberano para modificar o regimento — explicou.

A proposta surgiu numa reunião da bancada do Partido Liberal (PL), do qual Afif Domingos é o Presidente Nacional, que teve o objetivo de discutir as alternativas para dar continuidade aos trabalhos da Constituinte, pois os parlamentares do partido entendem que o anteprojeto não apresenta condições de receber as emendas por apresentar posições totalmente antagônicas para temas afins.

— A nossa proposta é de se conceder um prazo ao Relator, para que, no novo anteprojeto a ser colocado em discussão no plenário, o bom senso possa prevalecer sobre o grupo da ação e reação — concluiu.